



# Garantia dos Contribuintes no Procedimento Tributário

REVISTA, ACTUALIZADA E AMPLIADA

Cláudio Paulino dos Santos

  
ALMEDINA



## ÍNDICE

|                                                               |    |
|---------------------------------------------------------------|----|
| NOTA DA SEGUNDA EDIÇÃO                                        | 15 |
| NOTA DA PRIMEIRA EDIÇÃO                                       | 17 |
| PREFÁCIO                                                      | 21 |
| PRINCIPAIS ABREVIATURAS                                       | 23 |
| INTRODUÇÃO                                                    | 25 |
| CAPÍTULO I                                                    |    |
| GARANTIAS PETITÓRIAS                                          | 29 |
| 1. Ordem de exposição                                         | 31 |
| 2. Direito à compensação ou restituição                       | 32 |
| 2.1. Compensação quanto à origem do crédito                   | 32 |
| 2.2. Compensação quanto ao modo de execução                   | 35 |
| 2.2.1. Compensação por nota de crédito                        | 35 |
| 2.2.2. Compensação por dedução directa                        | 37 |
| 2.3. Remoção do Alcance restrito da compensação               | 39 |
| 2.4. Indemnização pelo atraso na compensação                  | 40 |
| 3. Direito à dedução e reembolso em sede do IVA               | 41 |
| 3.1. Dedução, reembolso e restituição em sede do IVA          | 41 |
| 3.2. A Dedução                                                | 43 |
| 3.3. Regras e requisitos da dedução                           | 43 |
| 3.4. Autofactura                                              | 46 |
| 3.5. Exclusão do Direito à dedução                            | 47 |
| 3.6. Regime de reembolso                                      | 50 |
| 3.7. Restituição                                              | 53 |
| 3.8. Dedução parcial: A afectação real e o método da pro rata | 55 |

|                                                          |     |
|----------------------------------------------------------|-----|
| 4. Direito à caducidade e à prescrição                   | 58  |
| 4.1. Caducidade                                          | 58  |
| 4.1.1. Extensão do prazo de caducidade                   | 61  |
| 4.2. Prescrição                                          | 62  |
| 5. Direito de audição                                    | 63  |
| 5.1. Em que consiste                                     | 66  |
| 5.2. Fase do procedimento em que deve ser observada      | 68  |
| 5.3. Prazo dentro do qual deve ser exercido              | 69  |
| 5.4. Quem pode ser ouvido                                | 71  |
| 5.5. Em que casos existem                                | 72  |
| 5.6. Em que casos não se observam o direito de audição   | 81  |
| 5.7. Modalidades da audição                              | 83  |
| 5.8. Consequência da sua falta                           | 84  |
| 6. Direito de denúncia e participação                    | 86  |
| 6.1. Denúncia                                            | 86  |
| 6.2. Participação                                        | 87  |
| 7. Direito à fundamentação                               | 87  |
| 7.1. Em que consiste                                     | 88  |
| 7.2. Onde é exigido o dever de fundamentar?              | 88  |
| 7.3. Razão de ser da fundamentação                       | 90  |
| 7.4. Dispensa de fundamentação                           | 91  |
| 7.5. Requisitos da fundamentação                         | 92  |
| 7.6. Consequência da sua falta                           | 93  |
| 7.7. Falta de notificação da fundamentação               | 93  |
| 8. Direito de informação                                 | 96  |
| 8.1. Informação genérica                                 | 97  |
| 8.2. Informação vinculativa                              | 98  |
| 8.3. O aproveitamento da informação por outras entidades | 100 |
| 8.4. Taxa de serviço                                     | 100 |
| 9. Direito de substituição da declaração                 | 101 |
| 10. Pagamento a prestações                               | 103 |
| 10.1. O tratamento das dívidas aduaneiras                | 105 |
| 10.2. Dispensa de garantia                               | 108 |
| 10.3. Número de prestações admissíveis                   | 108 |
| 10.4. Os juros e a assunção da dívida por terceiros      | 109 |
| 11. Direito de redução de multas                         | 110 |
| 11.1. Regime geral de redução de multa                   | 110 |
| 11.2. A visão do actual CGT                              | 112 |



|                                                                       |     |
|-----------------------------------------------------------------------|-----|
| 11.3. Infracção resultante do não pagamento do tributo                | 113 |
| 11.3.1. Pagamento espontâneo                                          | 114 |
| 11.3.2. Pagamento voluntário em fase de fiscalização                  | 115 |
| 11.3.3. Pagamento em processo de transgressão fiscal                  | 116 |
| 11.4. Situações específicas de redução da multa                       | 117 |
| 11.5. Multas não sujeitas à redução                                   | 118 |
| 12. Direito a juros                                                   | 120 |
| 12.1. Espécies de juros                                               | 120 |
| 12.2. Juros compensatórios                                            | 121 |
| 12.2.1. Mecânica do seu cálculo                                       | 122 |
| 12.3. Juros de mora                                                   | 124 |
| 12.3.1. Mecânica do seu cálculo                                       | 126 |
| 12.4. Juros indemnizatórios                                           | 126 |
| 12.4.1. Mecânica do seu cálculo                                       | 128 |
| 13. Direito de dedução dos lucros levados à reserva                   | 129 |
| 13.1. O carácter histórico do benefício                               | 129 |
| 13.2. O direito de dedução dos lucros                                 | 130 |
| 13.3. O modo de gozo do benefício                                     | 135 |
| 14. Direito de dedução da mecena                                      | 136 |
| 14.1. Aspectos históricos                                             | 136 |
| 14.2. Regime legal                                                    | 137 |
| 14.3. Requisitos do mecena, da liberalidade e do beneficiário         | 139 |
| 14.3.1. Requisitos do Mecena                                          | 139 |
| 14.3.1.2. O Mecena Expatriado                                         | 141 |
| 14.3.2. Requisitos da Liberalidade                                    | 142 |
| 14.3.3. Requisitos do beneficiário                                    | 144 |
| 14.4. O Plano Anual                                                   | 145 |
| 14.5. Os benefícios ao acto da mecena                                 | 147 |
| 14.5.1. Incentivos fiscais ao beneficiário                            | 147 |
| 14.5.2. Incentivos fiscais ao Mecena                                  | 148 |
| 14.6. Outros requisitos a serem observados na dedução da liberalidade | 149 |
| 15. Direito de avaliação patrimonial                                  | 151 |
| 15.1. Modelo de avaliação patrimonial                                 | 153 |
| 15.2. Avaliação do imóvel                                             | 155 |
| 15.2.1. Modo de preenchimento dos Modelos 5 e 1                       | 156 |
| 15.3. Actualização e inscrição do imóvel                              | 157 |
| 15.4. Valor fiscal do imóvel                                          | 157 |
| 15.5. O direito de reavaliação                                        | 159 |

## CAPÍTULO II

### GARANTIAS IMPUGNATÓRIAS

#### 16. Ordem de exposição

#### 17. Princípios conformadores do procedimento tributário

##### 17.1. Princípio da legalidade

##### 17.2. Princípio da imparcialidade

##### 17.3. Princípio da proporcionalidade

##### 17.4. Princípio da celeridade

##### 17.5. Princípio da forma escrita

##### 17.6. Princípio da gratuidade

##### 17.7. Princípio do interesse público

##### 17.8. Princípio da decisão

##### 17.9. Princípio do inquisitório

##### 17.9.1. Os meios de prova

##### 17.10. O princípio *solve et repete*

## SUBCAPÍTULO I

### A RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA

#### 18. Enquadramento e conceito

#### 19. Compreensão histórica da reclamação

#### 20. Pressupostos da reclamação

##### 20.1. Legitimidade

##### 20.1.1. Legitimidade do sujeito activo

##### 20.1.2. Legitimidade do sujeito passivo

##### 20.2. Existência de acto tributário

##### 20.3. Prazo

##### 20.4. Inexistência de recurso hierárquico ou impugnação judicial

#### 21. Características da reclamação administrativa

#### 22. Tipos de reclamação

#### 23. Procedimento da reclamação

##### 23.1. Procedimento da reclamação da matéria colectável

##### 23.1.1. Fase inicial

##### 23.1.2. Fase da instrução

##### 23.1.2.1. Medidas cautelares

##### 23.1.3. Reunião técnica

##### 23.1.3.1. Momento em que ocorre

##### 23.1.3.2. Conteúdo da convocatória

##### 23.1.3.3. Consequência da não comparecimento



|                                                                   |     |
|-------------------------------------------------------------------|-----|
| 23.1.3.4. Da reunião                                              | 229 |
| 23.1.4. Fase da confirmação superior                              | 230 |
| 23.1.5. Preparação da decisão                                     | 230 |
| 23.1.5.1. Situações em que o processo não regressa à fiscalização | 232 |
| 23.1.6. Fase da decisão                                           | 235 |
| 23.1.7. Fase complementar                                         | 236 |
| 23.2. Procedimento de reclamação administrativa da liquidação     | 238 |
| 23.3. As fases do procedimento                                    | 240 |
| 23.3.1. Fase inicial                                              | 240 |
| 23.3.2. Fase da instrução                                         | 243 |
| 23.3.3. Fase da preparação da decisão                             | 244 |
| 23.3.4. Fase da decisão                                           | 244 |
| 23.3.5. Fase complementar                                         | 245 |
| 24. Perspectiva futura                                            | 245 |
| 25. A opção pelo procedimento separado                            | 246 |
| <br><b>SUBCAPÍTULO II</b>                                         |     |
| <b>O PROCESSO DE TRANSGRESSÃO</b>                                 | 247 |
| 26. Enquadramento, conceito e espécies                            | 247 |
| 27. Lugar e momento da infracção                                  | 248 |
| 28. Responsabilidade tributária                                   | 250 |
| 29. Marcha do procedimento de transgressão                        | 254 |
| 29.1. Início do procedimento                                      | 254 |
| 29.1.1. Elementos indiciários                                     | 255 |
| 29.1.2. A instauração e a instrução                               | 260 |
| 29.2. Acusação                                                    | 263 |
| 29.3. Defesa                                                      | 263 |
| 29.3.1. Pagamento da multa                                        | 264 |
| 29.3.2. Apresentação de defesa                                    | 264 |
| 29.3.3. Impugnação da decisão da aplicação da multa               | 266 |
| 29.4. Apreciação da defesa e proposta de decisão                  | 266 |
| 29.4.1. Concurso de infracções                                    | 267 |
| 29.4.2. Situações aparentes de concurso                           | 270 |
| 29.4.3. Cumulação de infracções                                   | 270 |
| 29.4.4. Infracções continuadas                                    | 274 |
| 29.4.5. A graduação da pena                                       | 276 |
| 29.4.6. A proposta da medida concreta da pena                     | 281 |

## GARANTIA DOS CONTRIBUÍNTES NO PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

### 29.5. Decisão

#### 29.5.1. Decisão pela isenção e atenuação da pena

#### 29.5.2. Pagamento

### 29.6. Suspensão, revisão e restituição da multa

## 30. Extinção do processo

## SUBCAPÍTULO III

## O RECURSO HIERÁRQUICO

### 31. Conceito e espécies de recursos

### 32. Natureza e efeito do recurso

#### 32.1. Natureza do recurso

#### 32.2. Efeito do recurso no CGT

### 33. Procedimento do recurso hierárquico

### 34. O caso especial da revisão da matéria colectável

### 35. Recurso ao Presidente da República

### 36. Decisões não recoráveis administrativamente

## CAPÍTULO III

## EXECUÇÃO FISCAL

### 37. Breve referência histórica

#### 37.1. O Perdão Fiscal

### 38. O processo de execução fiscal

#### 38.1. Natureza do processo

### 39. Instauração do processo

#### 39.1. Citação

#### 39.2. Registo

### 40. Oposição à execução

#### 40.1. Oposição por requerimento

#### 40.2. Oposição por embargo

### 41. A cobrança das custas e outros encargos processuais

#### 41.1. Preparos iniciais

#### 41.2. Custas

### 42. Pagamento e requisição da compensação

#### 42.1. Pagamento integral

#### 42.2. Pagamento a prestações

#### 42.3. Compensação

##### 42.3.1. Certidão da situação tributária

### 43. Indicação de bens à penhora ou à dação em cumprimento

|                                                                          |         |
|--------------------------------------------------------------------------|---------|
| 44. Existência de reclamação ou impugnação                               | 341     |
| 45. Penhora                                                              | 341     |
| 45.1. Bens que podem ser penhorados e seu procedimento geral             | 342     |
| 45.2. Prioridade dos bens a penhorar                                     | 344     |
| 45.3. Penhora antes da citação                                           | 348     |
| 46. Chamamento à execução e reversão fiscal                              | 349     |
| 46.1. Chamamento                                                         | 350     |
| 46.2. Reversão                                                           | 351     |
| 47. Levantamento da penhora                                              | 353     |
| 48. Declaração em falha                                                  | 353     |
| 49. Oposição à penhora                                                   | 355     |
| 49.1. Tramitação                                                         | 357     |
| 49.2. (In) Existência de efeito suspensivo                               | 358     |
| 50. Pagamento                                                            | 360     |
| 50.1. Transferência para a CUT                                           | 360     |
| 50.2. Venda dos bens penhorados                                          | 361     |
| 50.2.1. Venda por carta fechada                                          | 362     |
| 50.2.2. Venda por negociação particular, arrematação ou depósito público | 366     |
| 51. Acção subordinada de anulação da venda                               | 367     |
| 52. Verificação e graduação de créditos                                  | 368     |
| 53. Reclamação de acto materialmente administrativo                      | 369     |
| 54. Extinção da instância                                                | 370     |
| <br>BIBLIOGRAFIA EFECTIVAMENTE CONSULTADA                                | <br>371 |